

# Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e diretos políticos

William Siqueira Peres

**Como citar:** PERES, W. S. Travestis: corpos nômades, sexualidade múltiplas e direitos políticos. *In:* SOUZA, L. F; SABATINE, T. T; MAGALHÃES, B. R (org). **Michel Foucault:** sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p69-104. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-136-2.p69-104>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos

William Siqueira Peres

*Departamento de Psicologia Clínica -*

*Unesp - campus de Assis*

Através do método cartográfico tecemos cartografias existenciais a respeito de histórias de vida de travestis da cidade de Londrina-Pr/Brasil, no sentido de mapear o movimento do desejo que leva essas pessoas a transformarem seus corpos e construir novos modos de relações com as pessoas, com o mundo e consigo mesma.

Essa temática ganha relevância dentro da saúde coletiva e da atenção psicossocial, considerando que, embora não tenhamos dados científicos, na relação com a comunidade travesti é notável vulnerabilidades vivida pelas travestis brasileiras diante da ausência de programas de saúde voltados para suas necessidades específicas, decorrentes da auto prescrição de hormônios sem avaliação laboratorial e acompanhamento médico e/ou do uso abusivo de silicone industrial, quando transformam seus corpos, ou ainda pelo atendimento preconceituoso e excludente nos serviços de saúde, oferecidos por seus/suas agentes, médicos (as) e enfermeiras (os).

Do mesmo modo a ausência de estudos sobre a saúde mental das travestis e seus processos desejantes, nada tem contribuído para a promoção do bem estar bio-psico-social e político dessas pessoas, muitas vezes orientando por classificações ultrapassadas e completamente desconectadas da realidade.

Em conversas com as travestis é freqüente ouvimos relatos de depressão, crises de ansiedades, sensações de pânico e outros sintomas que denunciam a necessidade urgente de serviços públicos de atendimento psicossocial voltados para essa comunidade; se para buscar atendimento para suas dores físicas já é difícil, buscar atenção para suas dores existenciais parece quase impossível, e isso, cada vez mais impede a efetivação do direito à saúde para todos, conforme determina as orientações dados pelo SUS – Sistema Único de Saúde brasileiro, organizado pelo tripé que deveria lhe dar sustentabilidade: integralidade, universalidade e equidade (MATTOS, 2001).

Pensando em contribuir com os estudos sobre a realidade existencial das travestis, temos nos debruçado sobre este universo, problematizando sobre as linhas que constituem os seus modos de vida, promovendo novas formas de conhecimentos que auxiliem na melhoria da qualidade de atenção à saúde global (física, mental, social e política) dessas pessoas, sob nosso ponto de vista relevante para a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos e respeito para com as diferenças.

A construção da estética corporal se torna uma urgência para as pessoas que de alguma forma se transformam em travestis, metamorfoseando seus corpos na busca da expressão de uma estética feminina, tais como as pesquisas realizadas por Benedetti (2000), Peres (2005) e Pelúcio (2007) vêm apontando.

O percurso de transformação do corpo e a efetivação de sua estética, de um feminino travesti, envolvem elementos heterogêneos de complexidades que podem interferir nos direitos de acessos a bens e serviços de qualidades, ou ainda, de escolhas frente à proteção e garantias de vida.

Um dos marcadores mais fortes diz respeito à condição socioeconômica e cultural da pessoa que pleiteia sua transformação, tornando-a vítima da violência estrutural e suas conseqüências que variam em intensidades de estigmatização, discriminação, exclusão, violência e morte.

Diante da falta de condições financeiras adequadas que permitam moldar seus corpos com próteses de silicones e incisões cirúrgicas, muitas dessas pessoas se submetem a um processo alternativo de “escultura” corporal, realizado por outra pessoa chamada de “Bombadeira” (que bomba/injeta silicone industrial em outro corpo), na maioria das vezes

sem nenhuma assepsia ou segurança, correndo riscos de complicação infecciosa ou ainda de morte súbita.

O que surpreende é que diante de tantos riscos e de tantas incertezas, as pessoas candidatas à travesti que pretendem transformar seus corpos são movidas por um desejo intempestivo resistente a qualquer tipo de racionalização, mesmo porque, é através do corpo que são experimentadas as sensações de prazer e de dor. Trata-se de uma urgência para que essas pessoas possam se sentir satisfeitas e felizes consigo próprias, e essa urgência se chama “beleza”, muitas vezes traduzida por elas mesmas como “dor da beleza”.

### **CORPORALIDADES, CULTURA E SUBJETIVIDADE**

Muitas problematizações possíveis têm sido construídas a respeito do corpo, porém, temos nos apropriado das conceituações propostas pela teoria queer, em especial por Michel Foucault, assim como pesquisadores que trabalham com essa orientação, tomando o corpo como materialização dos discursos reguladores e disciplinares, provindos das ações do biopoder.

Nesta perspectiva, nos afastamos de uma visão naturalista, estabelecidas pelo essencialismo, em que o corpo é observado, explicado, classificado e disciplinado de acordo com a fisiologia reprodutiva e filosofia moral, para nos aproximarmos de uma leitura que toma o corpo como uma produção sócio-histórica, cultural e política, em construção permanente e flexível que lhe confere marcas que variam de acordo com os tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, sexuais e de expressão de gêneros.

O corpo não pode ser tomado como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às mais diversas formas de intervenção, sejam elas, científicas, tecnológicas e/ou eclesiásticas, sejam elas transgressivas e/ou marginais, políticas e/ou culturais, clarificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível e relacional, portanto, produzido através de sua socialização e coletividade.

Para entender o processo de materialização dos corpos, buscamos em Deleuze (1988) o conceito de dispositivo, em que afirma que antes de tudo se trata de um emaranhado de linhas diferentes que não delimitam sistemas homogêneos e nem definem objetos, sujeitos e linguagens, mas

seguem direções, traçando sempre processos em desequilíbrio, que às vezes se aproximam e em outras vezes se afastam entre si. Cada linha se quebra em seu trajeto para se submeter à variação de sentidos que se bifurcam se engalham e se submetem a derivações.

Esse modo de composição que se efetiva pelos lineamentos define o corpo como dispositivo: corpo-dispositivo.

Na composição dos lineamentos que tecem o corpo-dispositivo evidenciamos três blocos de linhas que são denominadas linhas duras, linhas flexíveis e linhas de fuga. Essas linhas estão presentes na composição dos sujeitos, dos indivíduos, dos grupos, enfim, de toda a sociedade, reificando valores, significados e discursos presentes no contexto sócio-histórico e cultural em que se processam os modos de subjetivação, em consequência dos saberes e poderes engendrados nesses modos de produção.

Uma definição possível para subjetividade tem nos levado a tomá-la como o modo pelo qual o sujeito é colocado à disposição do campo social e atravessado por dispositivos de saber-poder regulatórios e disciplinares que se incide sobre si. De modo mais efetivo temos privilegiado uma leitura da subjetividade que se expressa pela heterogeneidade plural e polifônica, o que permitiria falarmos de linhas de subjetivação.

Neste sentido a feitura do sujeito (subjetivação) se realiza através dos diversos lineamentos que contribuem para a criação de corporeidades e de movimentos desejanter. Com muita frequência reproduzem os modelos previamente dados pelas instancias de saber-poder de produção e manutenção da ordem estabelecida, efetivando-se através do exercício realizado pelas linhas de subjetivação normatizadoras, responsáveis pela criação das identidades fixas, dos papéis sociais e sexuais bem definidos, da heteronormatividade, dos determinantes binários dos sexos e dos gêneros, dos discursos acéticos e dos corpos úteis, dóceis e disciplinados.

Essas linhas de subjetivação normatizadoras estariam a serviço da manutenção do poder, mas como aprendemos com Michel Foucault (1985), todo poder traz em seu bojo um contra poder, ou seja, um movimento de resistência, de enfrentamentos que se atualiza através das linhas de subjetivação singularizadoras, que ao contrário das linhas de subjetivação normatizadoras, dão passagem para outros afetos e outras

possibilidades de criação e potencialização que se efetiva em outros modos de existencialização. As linhas de subjetivação singularizadora facilitam a emergência e expressão do novo, da expressão da potência criadora e da abertura para novas conexões e intensidades do desejo.

Para Guattari e Rolnik (1985) a subjetividade é a argamassa de toda e qualquer construção, podendo se efetivar como normatizadora, logo reprodutora de indivíduos em série, de forma fabril, ou, como singularizadora, o que permitiria construir a vida como uma obra de arte, evidenciando a emergência de uma estilística da existência. Neste sentido, pensar a relação da travesti com seu corpo nos remetem a uma análise das linhas de subjetivação que produzem a corporalidade que foi materializada e que se expressa nesse seu corpo.

Kamkhagi (2005) ao problematizar os lineamentos nos chama a atenção para a existência de linhas de segmentaridade dura, que estaria associada a um plano molar, encontrada no funcionamento de instituições tais como a igreja, a escola, o exército, mas também na família, na mídia e relações interpessoais, regidas por um sistema binário e universal gerador de leis, contratos e instituições que controlam e regulam os corpos e seus prazeres.

Os efeitos das linhas duras resultam na produção de identidades fixas e acabadas, definindo papéis sociais, sexuais e de gêneros fechados em si mesmos e restritos as expressões autorizadas pelo biopoder, são efeitos de manutenção aos processos de normatização que produzem indivíduos em série, cristalizados pelas ações de saberes e poderes que os disciplinam, regulam e controlam.

Concomitante aos lineamentos duros, Vida Kamkhagi (2005) nos alerta para as linhas de segmentaridade flexível, associada a um plano molecular que permite as linhas se quebrarem, se contorcerem, se curvarem e se conectarem de modos diferentes. Essa perspectiva da linha flexível coloca em questão a idéia de unidade que permeia as relações trans-contemporâneas, questionando a idéia de verdade absoluta ou de existência de universais. Permite maior flexibilidade nas relações estabelecidas entre as pessoas, com o mundo e consigo mesma, mostrando que não são pessoas com um eixo único de organização, mas sim atravessados e constituídos pelas linhas, possibilitando uma leitura ampliada sobre o corpo e suas vicissitudes.

Entre essas linhas temos as linhas de fuga e Kamkhagi (2005) adverte que essas linhas seriam as responsáveis pela criação de rupturas e comporiam movimentos de potência e criação; aponta que há perigos na linha de fuga, pois, tanto pode produzir vida potente, como sua dissolução.

Neste sentido, surge a preocupação com uma ética estética e política de potencialização da vida, lembrado por Deleuze e Guattari (1997), que diante da vida e das oportunidades que ela nos oferta é preciso ter prudência e responsabilidade. Prudência frente às escolhas livres que as pessoas fazem e responsabilidade devido às escolhas terem sido feitas por ela e não por outras pessoas, o que solicita um debruçar-se sobre si mesmo, aproximando-se daquilo que Foucault (1985) denominou por cuidado de si.

Voltando a Michel Foucault (1987), o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição corporal, pois, o corpo é a superfície inscrita pelos acontecimentos, engendrados por uma ordem discursiva que regula os prazeres e expressões, deixando-o sempre à deriva, pois como nos alerta Foucault (1987), nem mesmo o corpo é suficientemente estável para servir como base de auto-reconhecimento ou de compreensão genérica das outras pessoas, evidenciando a constância da inscrição cultural que se abate sobre o mesmo.

Embora as linhas predominantes em nossa cultura ocidental sejam as de segmentaridade dura e normatizadora para que os corpos, as relações e os prazeres reproduzam as determinações regulatórias do sistema sexo/gênero/desejo (Butler, 2003), que dão manutenção à heteronormatividade e impõe a heterossexualidade como obrigatória, quando as linhas flexíveis e de fuga as sobrepõe, surge possibilidades de criação de novas corporeidades, novos usos dos prazeres e de relações, da emergência de novos saberes, o que por sua vez promove a emergência de novos modos de existencialização e a necessidade de novas problematizações, dadas as demandas e reivindicações emancipatórias e políticas desse novo modo de ser e de viver no mundo.

Dentro dessa formatação de materialização dos corpos e implicações com os lineamentos, o corpo e a corporalidade se processam de acordo com movimentos das linhas de subjetivação que ganham maior intensidade na feitura dos mesmos, podendo em certos momentos reificar a normatização, sob forte influencia dos valores morais/conservadores do

essencialismo que reduz o corpo a sua fisiologia e função reprodutiva heteronormativa, ou, dar passagens para outros devires que favoreça a emergência de novas expressões sexuais e de gêneros.

### **CORPORALIDADES, INSCRIÇÕES DE GÊNEROS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

A idéia de tomar o corpo como dispositivo permite cartografar as diversas linhas que participam de sua constituição, mapeando os jogos de saberes e poderes que como forças duelam entre si e favorecem a emergência de seu conteúdo e expressão.

O corpo é o resultado dos acontecimentos e como tal é atravessado por valores, sentidos e discursos que se materializam e determinam o seu modo de relação e funcionamento, de acordo com as leis, contratos e instituições que regem o contexto pela qual o mesmo é produzido.

Essa produção do corpo provinda de uma ordem discursiva regulatória e disciplinar se constroem a partir de processos de materialização. Como assinala Judith Butler (2002, p. 64):

La materialidad designa cierto efecto del poder o, más exactamente, es el poder en sus efectos normativos o constitutivos. Em la medida em que el poder opere com êxito constituyendo el terreno de su objeto, um campo de inteligibilidad, como uma antologia que se da por descontada, sus efectos materiales se consideran datos materiales o hechos primários.

Sempre dentro de uma contextualização histórica, a materialização determinará através do regime binário a efetivação das ordens do poder, sendo sempre atravessado pelas referências dominantes que regem os modos de ser e de se comportar no mundo. Muitas entradas participam dessa materialização tendo como principais partícipes, o estado, a igreja, a família, o capital, o direito, a medicina, a psicologia, mas também a mídia, a escola e a polícia, que em um primeiro momento são tomadas como instituições externas e em outros se instalam como regulações internas que são apreendidas pela ação da subjetivação normatizadora que cristaliza até mesmo os processos desejantes, que insistentemente passam a desejar a “norma”, reproduzindo seus modelos e submetendo-se às suas ordens.



Diante desse campo de possíveis, há uma lógica estética oficial que é construída e difundida pela mídia que determina a estética da moda, a indumentária fashion e as pessoas certas para se ter relacionamentos. Qualquer tentativa de distanciamento dessas ordens é punida com estigmas e discriminações que conferem a essas pessoas o lugar de cidadão de segunda categoria e sem importância social.

Para além de sua composição biológica e seu funcionamento fisiológico, o corpo abriga dimensões sociais, antropológicas e históricas que dialogam com novas tecnologias e diversas linguagens que interagem na contemporaneidade, assim como, com as novas expressões sexuais e de gêneros que surgem como sujeitos de direitos.

Através do corpo as pessoas podem vivenciar experimentações de toda ordem, seja física, emocional, afetiva, sexual, mística, virtual, de modo a dar passagem para diferentes afetos que disparam sobre si e efetuam novos modos de existencialização. Essa flexibilidade e disponibilidade para se conectar com novas estéticas e desejar se tornar como elas, nos remetem a dimensão que chamamos de “corporalidades”, que de modo geral estaria ligado a processos de identificação que aproximam ou afastam as pessoas entre si, fomentando sentimentos de pertença que promove a aproximação dos corpos, ou de repulsa, medo ou nojo que promove o distanciamento dos mesmos.

Seguindo essa lógica tomamos as corporalidades como processualidades que também se encontra em construção permanente, definindo de um lado uma estética como a verdadeira, saudável e absoluta em contraposição a outras estéticas que não reproduzem as ordens do poder, logo, não reconhecidas como da ordem do humano, tratados como pré-sujeitos e caracterizados como corpos abjetos (BUTLER, 2003).

Os corpos abjetos são os corpos “outsider”, fora da ordem dada pelas instancias do poder, que não se afinam aos modelos previamente dados, que são desobedientes e transgressores. Corpos que se alteram com as tatuagens e os piercings, com as academias de ginásticas e as múltiplas dietas, com as cirurgias plásticas, aplicações de botox e de metacrilato, corpos que se alteram para todos os lados e de todas as formas, atualizando suas potencialidades mutantes.

Sobre os corpos ainda se incidem outras dimensões de padrões estéticos, de maneirismos e de posições de corpos (posições de identidades) que são estabelecidas pelas diferenças entre os sexos (homem/macho – mulher/fêmea) e pelas expressões dos gêneros (masculino – feminino), responsáveis pela cristalização de algumas identidades sexuais e expressão de gêneros que são produzidas pelos modos de subjetivação normatizador, que se colocam como modelos de perfeição, saúde e verdade absoluta, se achando no direito de se sentirem superiores diante das expressões diferentes da ordem heteronormativa.

Mas, como se dá a relação dos gêneros com o corpo da travesti? Como ele se materializa dando forma e expressão ao corpo? Que significados ele comporta? Que imagem ele expressa? Que demandas psicossociais e culturais lhes são insurgentes?

Pensamos os gêneros como dispositivos que se processam pela via da materialização do bio-poder, como efeito das estratégias de regulação dos prazeres e de disciplinarização dos corpos, que são efetivadas pelo poder e justificadas pelos saberes correlatos, mas como resistência a esse mesmo bio-poder, cria novas corporalidades e estéticas da existência.

É possível percebermos que os discursos e expressões de masculinidades e de feminilidades materializados nos corpos variam ao longo dos tempos, tendo em alguns momentos uma rigidez sobre o que é ser homem e/ou mulher, e em outros, uma flexibilidade maior que permite as pessoas expressar seus gêneros de modo mais respeitoso pelas pessoas de seu entorno. O gênero será sempre pensado como uma categoria relacional, plural e polifônica, sempre em formação permanente.

Juan Scott (1995) tem proposto que o gênero deve ser tomado como uma categoria útil de análise histórica, e neste sentido sua definição para gênero se divide em duas partes e diversos subconjuntos, que embora relacionados devam ser analiticamente diferenciados. Na afirmação da autora, a definição se efetiva entre duas proposições:

( 1 ) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e ( 2 ) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...] Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica em quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações

simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretação dos significados dos símbolos, que tentam conter e limitar suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a força típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino [...] o desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. (SCOTT, 1995, p.86-88).

Seguindo as proposições feitas pela autora podemos problematizar a emergência dos gêneros como uma complexidade, dados os diversos elementos que participam de sua constituição. De modo aproximativo à Scott, diante da constatação da complexidade presente na formação dos gêneros, encontramos essas problematizações também em Judith Butler (2003, p. 37) quando afirma que

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas. Segundo as propostas em curso; tratar-se á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor.

Seguindo nesta direção apontada pelas autoras, retornamos a idéia de dispositivo proposto por Deleuze (1989) que o toma como um emaranhado de linhas, logo uma complexidade, de modo a tomar o gênero como um dispositivo (lineamentos) do poder e que se incide sobre as relações humanas, estabelecendo as expressões normativas autorizadas para as expressões de masculinidades e de feminilidades. Através desse dispositivo seriam demarcados os espaços de circulação autorizados para os gêneros (espaços exclusivos para homens; para mulheres; espaços LGBTTTT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais; espaços de meretrício; espaços religiosos, etc.), assim como, de sua temporalidade existencial enquanto expressão e modos de ser e de viver.

O efeito normatizador do dispositivo pode em muitas vezes atingir níveis altos de controle e regulação, de modo a interferir no próprio processo desejante, indicando inclusive quais os desejos e /ou modos de desejar autorizados para a sua reprodução.

Sua efetivação se intensifica ao impor que “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.” (BUTLER, 2003, p.37).

Uma pequena genealogia sobre os gêneros permite cartografar materializações que identifica certas expressões de gêneros como verdadeiras e absolutas, logo normativas, enquanto outras expressões provocariam confusão dos códigos de inteligibilidades que se embaralham e dificultam uma visão clara do que se está vendo, colocando o viciado em identidade em uma situação de “non sense”, de confusão mental.

Quando do encontro com as diferenças sexuais e de gêneros o recurso da racionalização não funciona mais, pois se trata de variações de expressão de masculinidades e feminilidades que revela uma multiplicidade de vias e vozes que compõe o dispositivo e seus rizomáticos lineamentos, e nessa perspectiva, o próprio sistema sexo/gênero/desejo, regido pela circularidade e binarismos, se depara com a possibilidade de sua dissolução.

Essa perspectiva levou Judith Butler (2003) a problematizar a respeito de uma verdade sobre os gêneros que estariam presentes nas relações humanas e sociais, o que somente seria possível através de “gêneros inteligíveis”, definidos pela autora:

São aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas casuais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p.38).

Essa inteligibilidade é fundamental para problematizar a respeito da construção de identidade, mas também, a própria noção de ‘pessoa’, que seria constituída a partir de sua lógica de coerência aos códigos

inteligíveis da ordem dominante, assim como, pela sua continuidade dentro de uma lógica de repetição binária dos modelos previamente dados. A esse respeito, Butler (2003, p. 38) também atesta que:

Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da integridade cultural pelas quais as pessoas são definidas.

A produção de identidades fixas e absolutas remete a um modo de subjetivação possível que se orienta pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, que produziriam sujeitos do sexo/gênero definidos e definitivos, a partir da produção de códigos inteligíveis, gerados pela heteronormatividade: um princípio regulador, disciplinar e compulsório da heterossexualidade.

Esta orientação cristaliza em identidades fixas os referentes sexuais e de gêneros, atrelando-os como correspondentes e isto gera muitos problemas para sua clarificação. Uma classificação possível produzida pelo sistema sexo/gênero estabelece que uma pessoa ao nascer com genitais masculinos, necessariamente e somente poderá ser: macho, masculino: heterossexual e ativo. Se acaso nasça com genitais femininos, necessariamente e somente poderá ser: fêmea, feminina, heterossexual, passiva.

Judith Butler (2003) tem problematizado os efeitos do sistema sexo/gênero e avalia que

Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2003, p. 24).

Qualquer variação das proposições dadas pelo sistema sexo/gênero colocará os sujeitos dissidentes na marginalidade, tendo a sua disposição os mais diversos estigmas relacionados às sexualidades e as expressões de gêneros, que se intensificam mais ainda quando se compõem com outras categorias, como classe social, raça e etnia, geração, enfim, com

a violência estrutural. A produção dos gêneros se dá em consonância com a produção das categorias de classe, raça, orientação sexual entre outras que participam da feitura dos sujeitos que são tecidos pelos lineamentos dos processos de subjetivação.

Nas problematizações feitas por Judith Butler (2003, p. 26), a autora aponta para algumas questões que também se fazem nossas: “Como e onde ocorre a construção do gênero?” [...] “Haverá “um” gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que diz que a pessoa é?”

Pela problematização feita por Butler (2003) a idéia de gênero como sendo construído demanda uma leitura de que o mesmo estaria associado a um determinismo de significados de gênero, impostos pelas determinações da cultura, dando a impressão de que os mesmos seriam passivos diante dessas imposições. Essa perspectiva se associada à dimensão dos poderes que com suas ferramentas normativas materializam os corpos e suas expressões possíveis, pode ser entendido que o próprio conceito e suas materializações sobre as inscrições corporais e desejantes, trazem no seu bojo uma dimensão de resistências, de enfrentamento à essas imposições que lhes permitem o direito fundamental à singularidade, ou seja, de criar, inventar e produzir outras possibilidades de expressão sexuais e de gêneros que se deseja expressar.

A autora nos faz lembrar de Simone de Beauvoir, quando ainda da publicação do livro “O segundo sexo”, dizia claramente que não se nasce mulher, “a gente “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do sexo “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea.” (BUTLER, 2003, p. 27).

Essas análises colocam claramente que toda intervenção da cultura que se apropria ou determina as expressões e modos de funcionamentos corporais, em um primeiro momento, tende a reificar as determinações do bio-poder, dando passagem para lineamentos que tecem referências de gêneros (e outras categorias lineares) centrada na heteronormatividade e nas concepções biológicas que se aliam a uma filosofia da moral, negando, repudiando, castigando e excluindo toda forma de expressão sexual e de gênero que não coadune com as regras impostas pelo poder.

Esses efeitos se insidem sobre o corpo que por sua vez passa a ser definido como uma *situação* em que se é atravessado pelas demandas culturais, de modo a impossibilitar qualquer outra análise que possa ser feita além das interpretações da cultura.

Conforme nos apresenta Butler (2003, p. 27):

o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo *vir a existir* na (s) marca (s) do gênero e por meio dela? Como conceber novamente o corpo, não mais como um meio ou instrumento passivo á espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial?

Essas questões levantadas pela autora nos remetem a dialogar com Deleuze (1976), quando influenciado por Espinosa nos faz a pergunta: o que pode um corpo? e cuja resposta rápida seria: tudo o que ele agüentar. O corpo é composto por um campo de forças, ou, de lineamentos como vimos apontando anteriormente quando propomos a idéia de corpo-dispositivo. Neste sentido,

O que define um corpo é essa relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer sendo desiguais, constitui um corpo desde que entrem em relação; por isso o corpo é sempre fruto do acaso, no sentido Nietzscheano, e aparece como a coisa mais surpreendente, muito mais surpreendente que a consciência e o espírito. (DELEUZE, 1976, p.33).

Se a formatação dos sexos e dos gêneros se dará de modo normativo ou singularizador será determinado pela lógica discursiva presente na sua fundação, assim como, pelas linhas de saber-poder e de subjetivação constitutiva dos processos desejantes e existenciais. Aqui retornamos ao sistema sexo/gênero que atua como uma potente ferramenta normatizadora e de cristalização de identidades restritas ao heterossexismo.

Nesta direção somos levados a problematizar: como se inserem as travestis no sistema sexo/gênero?

Sair da dimensão do sistema sexo/gênero significa romper com o dispositivo do poder para construir um novo dispositivo que crie novos

planos de imanências, novo territórios existenciais e novas conexões e suas multiplicidades, que implica em ampliação de campos emancipatórios psicossociais, políticos e culturais, que se diga sempre laico e respeitoso para com as diferenças.

Uma das possibilidades de se investigar sobre a relação das travestis com o sistema sexo/gênero, nos remete a problematizar os modos de subjetivação que se mostram presentes nessa configuração, e seguindo as determinações conceituais de dispositivo discutidas por Deleuze (1989), abrir-se para uma nova categoria analítica que vamos denominar “dispositivo de gênero”, ou ainda, “lineamentos dos gêneros”.

#### **OS CORPOS, OS DESEJOS, OS CUIDADOS DE SI, AS POLÍTICAS DA CIDADANIA: AS TRAVESTILIDADES E O SISTEMA SEXO/GÊNERO/DESEJOS/PRÁTICAS SEXUAIS**

Nosso estudo tece cartografias a partir de algumas linhas que elegemos como categorias analíticas e que compõe alguns modos de subjetivação que constituem as travestilidades: o corpo, o desejo, o cuidado de si e a cidadania.

Embora sejam histórias marcadas inicialmente por experiências pessoais, tomamos os relatos coletados como expressão de tantas e tantas outras falas de travestis que vivem ou viveram experiências próximas ou parecidas como as que nos foram contadas, evidenciando assim a presença de um coletivo. Como expressão do coletivo suas falas nos remetem a um universo complexo habitado por infinitas conexões que se compõe de devires e multiplicidades que nos permitem tomar as expressões das travestis como “travestilidades”: variações múltiplas dos modos de se compor como uma travesti, sempre em construção permanente, como processualidades.

Essa dimensão processual se abre para uma perspectiva que se orienta pela descontinuidade, pela transitoriedade das formas e dos sentidos, e desta feita nenhuma análise se propõe como acabada e absoluta, mas sempre aberta para novas conexões e resignificações de valores e sentidos possíveis de serem atribuídos aos fatos e acontecimentos. Seguindo uma perspectiva rizomática sabemos que os lineamentos tecem para todos os lados e se compõe de todas as formas possíveis, evidenciados pelo agenciamento das forças (linhas) presentes nos contextos sócio-históricos, políticos e culturais nas quais os corpos são subjetivados.



Dentro dessa configuração organizamos nossas cartografias de acordo com a composição/tecelagem de algumas linhas de subjetivação que denominamos: linhas de corporalidades, linhas dos desejos, linhas do cuidado de si/outro, e, linhas da cidadania.

### **LINHAS DE CORPORALIDADES: A IMAGEM-CORPO DA FELICIDADE**

Nas entrevistas e conversas com as travestis fica claro a importância que o corpo adquire na vida dessas pessoas. A imagem corporal é determinante na produção da estética corporal e dos modos que as mesmas compõem as relações que estabelecem com o mundo, com as pessoas e consigo mesma.

É evidente e constatável a presença de uma cultura corporal que para além das próprias modelagens que definem os corpos travestis como generificados pela expressão do feminino, tem grande influência da mídia e suas proposições sobre padrões de beleza que definem um modelo padrão, bastante presente nos modos como as pessoas que se orientam pela formatação das travestis se identificam, dando lugar para o nascimento do corpo-design (LE BRETON, 2007). Neste sentido, a imagem de uma atriz ou cantora com seus corpos exuberantes ganham intensidades e força diante dos processos de identificação nas quais as mesmas se apropriam para se transformarem, reproduzindo-se o mais próximo possível dos modelos previamente dados.

Surge uma urgência de transformar os corpos que na maioria das vezes não medem e nem se preocupam com conseqüências, evidenciando a ansiedade presente que obscurece as raias da razão e do bom senso, colocando-as na maioria das vezes diante de vulnerabilidades e riscos que as fragilizam frente às proposições de saúde ou de vida saudável. Um distanciamento daquilo que Nietzsche chamaria de “grande saúde” deixando as pessoas muito vulneráveis às intempéries da vida, considerando que na modelagem de seus corpos se apropriam substâncias pouco recomendáveis para a utilização, como é o caso do uso do silicone líquido de uso industrial. Na pressa pela beleza e pela plástica conseqüente do uso do silicone, muitas das travestis se submetem à práticas pouco convencionais, sem orientação médica e sem cuidados de saúde.

Há travestis que tem seus corpos apenas hormonizados, ou seja, construídos apenas através da ingestão de hormônios, que na maioria das vezes o fazem sem orientação médica e/ou avaliação laboratorial, que também aumenta os níveis de vulnerabilidades frente a riscos de complicações físicas e/ou estéticas, responsáveis por comprometimentos que vão desde a evolução de pancreatites até quadros mais graves como é o caso do surgimento de câncer de fígado. Infelizmente não temos estatísticas científicas que confirme esses dados e os mesmos são possíveis apenas nos relatos efetuados pelas próprias travestis.

Seguindo essa lógica somos levados a evidenciar esses problemas como sendo de saúde pública e da urgência em se formular políticas públicas inclusivas viáveis que contemplem as demandas e necessidades específicas dessa população, que devido as más condições de assepsia e de instrumentos usados para “bombar” silicone em seus corpos, é vitimizada pelas deformações e formações de irrupções na pele que as travestis denominam “mondrongos” (caroços que se formam na pele). Em níveis mais alarmantes nos deparamos com histórias diversas que nos relatam as travestis, sobre suas companheiras que com nenhuma sorte foram levadas à óbitos.

Na maioria das vezes, as informações sobre como as travestis podem transformar seus corpos, são passadas de forma oral, no qual algumas travestis mais experientes recebem o nome de “madrinhas”, ou seja, são tratadas como iniciadoras de outras travestis novatas que se inscrevem para se tornarem travestis, deixando claro que não se nasce travestis, mas se torna.

No entanto, nem sempre acessam informações sobre redução de danos e cuidados de si frente à ingestão de hormônios, ou ainda, de aplicação de silicones, ficando em evidencia apenas o êxtase de ter seus corpos modificados e caracterizados pelos contornos bem torneados de suas formas, sem crítica ou reflexão sobre os riscos que as mesmas estarão expostas.

Falta uma maior clarificação sobre o uso inadequado dos hormônios e das aplicações de silicones para travestis e “bombadeiras” (pessoas que aplicam ou se auto aplicam silicone) para prevenir efeitos colaterais. Essas práticas se complicam em decorrência das desigualdades sociais, iniquidades de gêneros e violências estruturais, pois, como na maioria das vezes as travestis estão inseridas dentro dos bolsões de pobreza e vitimizadas pela exclusão social, econômica, política e cultural, ficam

praticamente impedidas de pagar os preços cobrados pelas clínicas de cirurgias estéticas que poderiam lhes garantir uma melhor assistência para a almejada busca da construção de seus projetos de felicidades.

Como modo de ilustração nossas colaboradoras informam que uma cirurgia de implante de próteses de silicone custam em torno de 3 mil dólares, enquanto o mesmo processo realizado pela aplicação de silicones industriais custam em torno de 300 dólares. A urgência da beleza impede que a maioria das pessoas candidatas à travesti possa se organizar financeiramente para a realização de cirurgias de implantação de próteses, sendo freqüente e consensual a imediatez da justificativa: “*eu quero ficar bonita agora*”.

Em sua nova estética o corpo travesti traz uma ambivalência grande se considerarmos que embora proponha uma nova estética generificada feminina que se inserem sobre um corpo que foi sexuado masculino, as apropriações do feminino se dá de modo normatizador. Ao mesmo tempo em que expressa uma singularidade nos brinda com a repetição de modelos previamente dados pelas normas estabelecidas. Neste sentido o corpo travesti deve ser pensado como um corpo híbrido, materializado por múltiplas linhas de subjetivação, ora singularizadora, ora normatizadora.

#### **LINHAS DOS DESEJOS: A AFIRMAÇÃO DE UMA EXISTÊNCIA**

Através das entrevistas e contatos mantidos com as travestis podemos confirmar as assertivas feitas por Deleuze e Guattari (1997), que o desejo é o motor da existência, ou seja, ele impulsiona o corpo e a afetividade para expressar as escolhas dos lugares que se pretende ocupar no mundo.

O desejo, para Deleuze e Guattari (1997), não é definido pela necessidade nem pela falta. O desejo diz respeito à produção do real e aos regimes de seu funcionamento, aos processos pelos quais se evidenciam intensidades, devires e multiplicidades.

Marcados pelas relações possíveis estabelecidas pelas travestis o desejo surge como a afirmação de um lugar a ser ocupado sem fixidez e a implicação com uma ética estética e política que em nada nos remeteria a idéia de falta, para se efetivar enquanto um movimento desejante que é maquinado pela perspectiva do excesso, da intempestividade e da descontinuidade, ou seja, frente

a um leque muito grande de possibilidades busca sempre tender-se para a construção de uma vida que se compõe pela abundância e pela potência de viver, que cada vez mais pede passagem para a efetuação dos afetos.

Nos discursos expressos pelas travestis frente à construção de seus corpos, ou ainda, de expressão generificada de uma estética feminina, percebemos certa urgência na sua composição corporal que na maioria das vezes se faz de modo intempestivo, sem crítica a respeito de suas escolhas.

Quando as travestis são questionadas a respeito de informações a respeito dos cuidados de si frente ao uso do silicone industrial, utilizado para modelar seus corpos, encontramos na maioria das respostas um total desconhecimento a respeito de programas de redução de danos, assim como, de informações sobre os riscos e vulnerabilidades pelas quais são expostas quando se “bombam”, ou ainda quando ingerem hormônios sem prescrição médica. As informações a respeito das práticas de composição dos corpos e das estéticas travestis são passadas entre elas oralmente, através dos relatos das pessoas que foram bem sucedidas em suas “bombadas” de silicone, e, em menor intensidade, relatos de efeitos colaterais da prática da bombada ou de notícias de outras pessoas que foram a óbito súbito.

As produções desejante do universo das travestis se fazem pela afirmação positiva de ocupação de um lugar no mundo em que possa expressar a sua singularidade e vontade criativa de fazer da vida uma obra de arte. O que imperra essa posição diz respeito a forças externas conservadoras presentes na sociedade que se fixam em identidades únicas e em referências repetitivas e normalizadas, e insistem em se colocarem como os modelos únicos de verdade e de matriz absoluta para reprodução.

Seguindo essa lógica somos levados a problematizar os processos desejantes presentes na constituição do corpo e afetividade travesti como sendo revolucionários, pois coloca em evidência a necessidade de ampliação dos modos desejantes e denuncia o fascismo do desejo que se quer único, absoluto e imutável.

Porém, na existência das travestis não seriam apenas desejos singulares que participariam de suas feitura, mas também os desejos já cristalizados e presentes na expressão das identidades sexuais e de gêneros que foram inscritas em seus corpos pela via da materialização. Neste sentido, apesar da expressão singular dos desejos na vida travesti, concomitantemente

pode ser percebido a expressão de comportamentos, sentimentos e percepções que reproduzem os valores, sentidos e narrativas impostas pelo sistema vigente do bio-poder, que teriam como objetivo a disciplinarização dos corpos e a regulação dos prazeres, impondo regras, normas, leis e instituições que dêem manutenção à ordem vigente e aos padrões estabelecidos, sempre em uma perspectiva binária e circular, logo, repetitiva.

Pela mesma via da materialização provinda de discursos que criam e inventam corpos inéditos e glamorosos expressos pelas silhuetas das corporalidades travestis, também reproduzem corpos disciplinados e regulados presentes na expressão das travestilidades, que se comportam de modo moralista e conservador: registramos manifestações de expressão de machismo, racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, sexismo, misoginia e preconceito social.

Como seres híbridos e maquínicos as expressões existenciais travestis produzem uma grande turbulência nas tentativas de conceituação, pois, ao mesmo tempo em que as mesmas revolucionam os valores e sentidos existentes, reproduzem e reificam as expressões dadas de como ser e viver como femininas na sociedade contemporânea, reproduzindo os modelos normativos previamente dados pelo bio-poder.

Como tentativa de conceituação propomos de modo provisório definir as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e estilo do sexo/gênero oposto de viver, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços de sua estética, realizam com freqüência a transformação de seus corpos através da ingestão de hormônios e/ou da aplicação de silicone industrial, assim como, pelas cirurgias de correção estética e de próteses, o que lhes permitem se situar dentro de uma condição agradável de bem estar bio-psico-social e político.

#### **LINHAS DOS CUIDADOS DE SI E DO OUTRO: AS POLÍTICAS DA SOLIDARIEDADE**

Essas linhas que tecem as referências sobre o cuidado de si e dos outros frente à construção de corpos travestis e de suas relações interpessoais, se situam no coração das demandas relacionadas com as questões da saúde, do direito e da cidadania.

Michel Foucault (1985) no terceiro volume de sua História da Sexualidade: o cuidado de si problematiza a própria prática do cuidado de si nascido nos primórdios gregos, como estando no cerne da arte da existência, e que ao longo da história da humanidade foi adquirindo proporções de uma verdadeira “cultura de si”. Por essa expressão, “cultura de si”, o autor nos adverte que

[...] é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas,, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constitui assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições; ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber. (FOUCAULT, 1985, p. 50).

Há uma sub-cultura própria da comunidade travesti que define a estética e a expressão travesti como sendo marcada pela transformação dos corpos, sendo na maioria das vezes marcadas pela expressão: “*uma travesti é respeitada de acordo com o número de litros de silicone que carrega em seu corpo*”. Caso contrário, essas pessoas serão denominadas pela comunidade de “falsa travesti”.

Essa condição marcada intensamente pela produção das corporalidades é construída em contextos sociais e culturais distintos, nos quais a maioria das travestis se situa em territórios bastante prejudicados pelas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, e pelas intolerâncias frente aos direitos sexuais e humanos, muitas, inclusive, vivendo em situação de miséria.

Dentro de um contexto negativo de acesso a bens e serviços de qualidade, e de dificuldades das travestis em freqüentar escolas sem exclusão, de atendimento sem discriminação nos serviços de saúde, de acesso à emprego e seguridade, de ser respeitada como cidadã, além de discriminações presentes nas relações familiares, de amigos e de vizinhos, suas existências acabam ficando restritas a um território existencial muito empobrecido de afetos e o acesso à informação na maioria das vezes é bastante prejudicando.

É possível encontrar uma diferenciação entre as travestis que de algum modo se inseriram nos movimentos sociais emancipatórios e tiveram acesso a informações que as tornaram conscientes de seus direitos e de onde podem reclamá-los. Estas travestis conseguem se engajar nas lutas reivindicatórias por melhores condições de vida e de direitos políticos, mas, trata-se de um grupo muito pequeno de travestis que conseguem dar importância para a organização social e política de sua comunidade, e se inserirem nas diversas instancias de tomadas de decisões e de poder da sociedade; na maioria das vezes, nos deparamos com travestis desprovidas de consciência política, completamente individualizada, narcisista e apática, como a maioria das pessoas que de alguma forma são discriminadas, estigmatizadas, violentadas, excluídas e/ou assassinadas pelas ações do poder.

Neste cenário encontramos a produção de uma cultura de si que mistura narcisismo e sentimentos “fast food”, auto centrada na crença de que se tem que levar vantagem em tudo, não importando muito com as cobranças do politicamente correto, ou com uma ética da defesa da vida propriamente dita.

Cercada por opressões de toda ordem e de todos os lados, as travestis tem pressa pela beleza, e nesta ansiedade muitas vezes expõe-se a riscos, delitos e agressões, pois acreditam que não tem mais nada a perder. Movimentos que fragilizam o cuidado de si enfraquecem as relações humanas e fragilizam a existência, compondo uma cultura de si bastante individualizada e precária. Em última instância empobrece a cultura de si, limitando-a a um universo de referências restritas a um território limitado de sua circulação no mundo.

Apesar de sua solidão e individualidade as travestis sabem que só podem contar com elas mesmas, com seus pares de estilos de vida, de práticas sociais e de problemas e estigmas parecidos; isto permite o desenvolvimento do sentimento de solidariedade que embora restrito a poucos relacionamentos, são produzidos através do sentimento de pertença que estabelece a ponte com a identificação, positiva e necessária entre elas.

Nesta configuração podemos perceber o desenvolvimento e formação de redes de travesti-socialização que dão passagens a devires outros que buscam afirmação social e política na efetivação de direitos emancipatórios que lhes garantam a liberdade de ser e de viver.

## LINHAS DA CIDADANIA: PODER, EMANCIPAÇÃO PSICOSSOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL DAS DIFERENÇAS

O trabalho com populações marginalizadas e excluídas em nossa sociedade, vem sendo marcado pela percepção da ausência de políticas públicas viáveis que possam contemplar ações mais comprometidas com a inclusão social e diminuição das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Neste sentido, acreditamos na necessidade de estabelecer estratégias que favoreçam a promoção da auto estima das travestis, assim como, de produção do sentimento de solidariedade entre seus pares, favorecendo a inserção no espaço social e coletivo, garantindo a sua participação nas discussões e tomadas de decisão da sociedade como um todo. A esse exercício de participação social e política nas tomadas de decisão da sociedade damos o nome de cidadania.

Essa perspectiva da cidadania participativa, dentro de um viés mais politizado, pode ser clarificada nos estudos realizados por Vera Paiva (2002, p. 26):

Do ponto de vista subjetivo e individual, as ações que promovem também a cidadania e estimulam as pessoas a serem agentes de sua vida integral, sujeitos que escolhem e decidem, adaptam os guias e propostas à sua realidade e são apoiadas nesse caminho, permitem às pessoas refletirem e modificarem modos de vida, uma atitude ou seu comportamento, conscientes da teia que engendra sua vulnerabilidade. A conscientização do contexto permite a plasticidade de lidar com os obstáculos nos cenários mais vulneráveis, que depende do sujeito atento que constrói para si práticas aceitáveis na sua vida real, ou participa da mobilização de grupos e comunidades buscando diminuir as dificuldades compartilhadas no ambiente social em que vivem. Politizar diante de nós mesmos significa poder reconhecer novas necessidades, dar voz interna a desejos inéditos, empoderar novas faces, atualizar personas, potenciais não vividos, virtualidades do vivido nunca antes considerado, reprimidos, estimulados ou emergentes diante de novas situações de vida ou mobilizados por contextos coletivos. É poder negociar e transformar nosso velho eixo de identidade, maleabilizar e mudar velhos papéis.

O exercício da cidadania na atualidade tem sido construído a partir da organização de pessoas com necessidades comuns, que se agrupam para conversar, problematizar e criar estratégias de empoderamento e enfrentamento, de modo a participar das discussões e tomadas de decisões



da sociedade, contribuindo para que tenhamos uma sociedade mais justa, igual e solidária. Neste sentido,

a cidadania é o conceito que dá sentido à idéia de exclusão social. Quando falamos de excluídos e excluídas, estamos nos referindo a pessoas que não desfrutam dos direitos básicos para serem consideradas cidadãs, que incluem entre outros, a participação política, a liberdade de expressão e organização, o acesso aos benefícios sociais, ao trabalho remunerado, à proteção legal. (ÁVILA, 1999, p.40).

Nas observações e escutas que realizamos, assim como, nos estudos apresentados por Benedetti (2000), Klein (1998) e Fernandez (2000), denunciam diversos contextos que apresentam as travestis em situação de exclusão, revelando as desigualdades pelas quais as mesmas são destituídas de suas condições de cidadania. As exclusões vividas pelas travestis, e de outros grupos marginalizados, são produzidas através das condições sociais de vida, que são denunciadas, como nos aponta Ávila (1999, p. 41) pelos “movimentos sociais e políticos, através de suas lutas, que vizibilizam as formas de exclusão e denunciam as suas causas.”

O surgimento de grupos voltados para os direitos das travestis brasileiras, mais perceptivelmente nos anos 90, dando maior visibilidade a essa comunidade, apresentava como demandas iniciais a prevenção das DST/HIV/AIDS, mas com o tempo, foi-se percebendo a necessidade de outras problematizações, que denunciavam à violação dos direitos humanos dessas pessoas, assim como, a ausência de políticas públicas voltadas para esse setor social, tornando necessário a produção de estratégias de enfrentamento político aos processos de estigmatização, marcados pelos processos de naturalização que enfraquecem qualquer possibilidade de crença nas mudanças sociais (PERES, 2005).

Nossos estudos e observações a respeito do panorama atual mostram que as organizações de enfrentamento político das exclusões, realizadas pela militância social e política, são muito importantes, pois como nos adverte Ávila (1999, p. 41) “o processo político altera a representação social sobre essas causas, que estavam absolutamente naturalizadas no senso comum, tornando-se, portanto, formas evidentes da existência social.”

Será através da organização social e política que as travestis darão início a discussão sobre seus direitos, problematizando sobre suas reais

necessidades, de modo a contribuir para que a sociedade possa se tornar mais respeitosa e solidária. Através das lutas políticas teremos a introdução de novas questões para o debate, de modo a solicitar revisão permanente de valores e significados, para que se possa forjar a criação de novos direitos, assim como, de promoção do sentimento de pertença a um determinado grupo, para que as mesmas se fortaleçam para o enfrentamento dos processos de estigmatização e exclusão social (CASTELLS, 1999).

Pensar novos direitos aponta Ávila (1999, p. 41) “exige uma reestruturação do conceito de cidadania”, de modo a contemplar as novas identidades sexuais e de gêneros que vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos. Para que essa revisão do conceito de cidadania se processe, novas estratégias precisam ser fomentadas, de modo a ampliar as oportunidades de participação social e política da comunidade travesti, revertendo à aceitação naturalizada do estado das coisas e dos modos de existência, para construir novas identidades cidadãs. Essa reversão, por sua vez, será evidenciada através da recusa daquilo que Parker e Daniel (1991) chamaram de “*morte civil*”.

Essas estratégias de enfrentamento dos processos de estigmatização e de exclusão, preconceitos e discriminações, poderão colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, de modo a construir novas formas de relações sociais, em uma perspectiva inclusiva e democrática.

A expansão da idéia de cidadania solicita a sua problematização, para que vá além do sujeito pensado como consumidor, ou seja, para que os sujeitos possam criar novas realidades, diferentes dos modelos previamente dados, ou de produtos que foram formatados em outros contextos e por outras pessoas, que se volte para as suas reais necessidades e desejos.

Os esforços organizados na conscientização das pessoas excluídas e marginalizadas e na produção de estratégias de enfrentamentos dos processos de estigmatização e discriminações, favorecem para que as pessoas se sintam *no direito a ter direitos e de criar direitos*, de ter acesso a bens e serviços de qualidade, e de escolher as formas mais adequadas para suprir suas necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais, sexuais e de gêneros. Porém, essas ações conscientizadoras e emancipatórias nem sempre são

muito fáceis de serem efetivadas, pois como bem pontuou Paiva (2002, p. 26): “um processo politizado, emancipatório, é sempre mais difícil, pois a arte da política é a arte da negociação, é menos ‘glamouroso’ e depende de tempo e paciência”.

Para a efetivação de ações políticas e emancipatórias de grupos excluídos e marginalizados, como é o caso das travestis brasileiras, temos encontrado algumas propostas teóricas, que quando aplicadas na prática, podem se mostrar bastante eficientes e funcionais, de modo a promover o enfrentamento de dispositivos e ações do poder.

A idéia de Aggleton e Parker (2001) a respeito dos processos de estigmatização e sua relação com a produção das relações de poder, que promovem desigualdades sociais, nos permitem problematizar os modos de estigmatização, tomando como objeto útil de análise as questões do poder. Poder que é experimentado em todas as instancias da vida social, econômica e política, e que na visão de Michel Foucault (1985,p. 88-89), deve ser entendido:

como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Nesta perspectiva, todas as relações estabelecidas são relações de poder, e como tal, trazem em seu bojo um contra poder, ou seja, uma resistência. É nessa direção que Foucault (1985, p. 91) afirma “que lá onde há poder há resistência e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” Para este autor, as correlações de poder

não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias,

improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (FOUCAULT, 1985, p. 91).

Este modo de análise do poder e da resistência pode ser tomado como problematização das cenas de estigmatização vividas pelas travestis brasileiras e de como respondem politicamente e constroem estratégias de luta e resistência para a defesa de seus direitos e a construção da cidadania.

Michel Foucault se apropria da teoria das forças nietzschiana para conceber uma teoria sobre o poder, que não se centraria em algo ou alguém, mas que se efetuaria por todas as relações humanas, amparadas por dispositivos de saberes e práticas que por sua vez se orientariam pelas idéias de norma, disciplina e controle.

Uma reversão possível dos processos de normatização ocorre através da promoção da cultura da resistência, no qual são produzidas estratégias de empoderamento social e político, que levam as travestis e transexuais a estabelecerem aquilo que Michel Foucault chamou “encontro com o poder”, apontando que

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele Ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com freqüência enigmática – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p.207-208).

## **A EXPLOSÃO QUEER: NOVAS EXPRESSÕES SEXUAIS E DE GÊNEROS**

As interfaces possíveis entre a materialização do corpo da travesti, os modos de cuidados de si e dos outros e a construção da cidadania se apresentam como imbricadas entre si e por isso passíveis de problematização.

Em sua composição podemos cartografar as múltiplas linhas de sua tessitura que fazem do corpo da travesti a expressão de uma multiplicidade que ora expressam devires outros de singularidades potentes e criativas, ora reproduz valores, modelos e discursos repetitivos e normatizados pela instancias regulatórias e disciplinadoras do bio-poder.

As travestis como todas as outras pessoas circulam por contextos sócio-históricos, políticos e culturais que determinam os valores, sentidos e significados que devem ser atribuídos aos acontecimentos da vida, assim como, aos modos como dever ser estabelecidas as relações entre as pessoas, as leis, contratos e normas que estabelecerão o que é certo ou errado, o permitido e o proibido, enfim, estabelecem limites morais e as regras pelas quais as pessoas deverão se comportar, circular pelo mundo, “amar uns aos outros”.

Quando as pessoas decidem por suas transformações corporais e a expressar o seu desejo por se tornar uma travesti, assume uma posição de resistência frente ao sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais que sustenta a determinação heteronormativa de um padrão único de expressão afetiva, sexual e amorosa; produz enfrentamento aos modelos rígidos de identidade sexual e de gênero para denunciar a inoperância de seus conceitos e definições, solicitando clarificação de valores pautados em seus contextos históricos e atualizados; inauguram novos processos de subjetivação e de existencialização.

O corpo ou a estética e expressão corporal tem uma importância fundamental na constituição existencial das travestis, pois através da construção dos corpos essas pessoas podem se realizar enquanto pessoa que se identifica pela estética feminina, podendo recorrer tanto às técnicas da biotecnologia moderna, através da implantação de próteses de silicone, de depilação sofisticada e de correções cirúrgicas e dermatológicas, de tratamentos hormonais e dos cosméticos de última geração, mas também através de técnicas de aplicação de silicone líquido industrial, realizado na maioria das vezes por pessoas leigas, ou ainda pela própria travesti.

A ausência de programas e de políticas públicas de atendimento em saúde que contemplem essa população coloca as travestis em situação grave de vulnerabilidades que as expõe a riscos tanto de morbidade – dada as complicações com o silicone que pode se deslocar de lugar no corpo, de vazamento do silicone decorrente de falhas no fechamento da picada da seringa injetora, de infecção por falta de assepsia que se transformam em

feridas, ou ainda, de deformação cutânea e de elevações devido a rejeição do corpo à substância aplicada, comumente denominada pelas travestis como “mondrongos” -, quanto de morte súbita em decorrência de o silicone aplicado cair na corrente sanguínea.

A ausência de pesquisas específicas sobre essa realidade vivida pelas travestis impossibilita uma discussão científica sobre os efeitos do silicone industrial aplicado em seus corpos, assim como, do uso abusivo e indevido de hormônios sem orientação endocrinológica ou ainda de avaliação laboratorial, ficando as mesmas à mercê de práticas nem sempre salutares e ou preocupadas com a saúde das candidatas, que nem sempre estão atentas as condições de higiene e/ou de cuidados após a sessão de aplicação de silicone (chamada pelas travestis de “se bombar”, e /ou “ser bombada”).

Nas entrevistas e conversas que realizamos com as travestis é nítida a percepção do grau elevado de alegria, realização e prazer expressado pelas travestis quando da experiência de transformação de seus corpos, que se aproxima da idealização que cada uma tem do que é ser feminina, de expressar a feminilidade e de ser desejada por homens, mulheres e outras travestis.

A transformação do corpo traz para as travestis uma sensação de felicidade e de bem estar bio-psico-social muito intensa, promovendo a sua realização pessoal e o respeito e aceitação por parte dos seus pares que passam a considerá-la como uma pessoa da comunidade.

Um outro lado da transformação do corpo e da expressão da feminilidade materializadas nos corpos das travestis se esbarra nas ações de desrespeito das pessoas que agem com discriminação, estigmatização, violências e exclusão, impedindo às mesmas o direito fundamental à singularidade, ou seja, impedem a essas pessoas o direito de ser e de viver.

Porém, nos últimos quinze anos temos nos deparado com a organização social, política e cultural das travestis brasileiras que passam a reivindicar direitos de participação nas tomadas de decisões da sociedade, participando de comissões municipais, estaduais e federais, cobrando ações efetivas de inclusão social e de programas que contemplem as suas necessidades de existência enquanto pessoas comuns que precisam ser respeitadas enquanto cidadãs.

Nos relatos de nossas colaboradoras somos surpreendidos com histórias positivas de relacionamentos respeitosos com diversos setores da sociedade, mas que ainda se esbarram em muitos preconceitos por parte das pessoas que não conseguem conter a sua indignação diante da expressão social, sexual e de gênero das travestis. Ainda somos surpreendidos por discriminações que se somam ao fato de uma pessoa ser travesti e outros atributos que lhes pode ser conferidos, tais como, o de raça/cor e etnia, de classe social, geracional, religioso, etc. Para ilustrar essa assertiva, nos apropriamos da fala de uma das entrevistadas, uma travesti militante e atuante nos movimentos sociais: “Veja o meu caso, por exemplo, eu sou uma travesti que carrego um leque de discriminação muito grande porque além de ser travesti, eu sou pobre, sou negra, portadora do HIV, sou do candomblé e ainda tenho o pau pequeno.”

A travesti em questão sem ter conhecimentos teóricos sobre as discussões feitas pelos estudiosos das sexualidades e dos gêneros (LOURO, 1999; WEEKS 1999; PERES, 2004), expõe categorias de estigmas que se materializam sobre seu corpo, e que gera mal estares frente as pessoas que não suportam as expressões das diferenças, podendo assim exercitar os seus micro-fascismos (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e dar manutenção às demandas regulatórias da bio-política e disciplinares do bio-poder (FOUCAULT, 2006).

Nesta lógica, temos ouvidos relatos de travestis que ilustram situações de desigualdades em diversos setores sociais e profissionais muito freqüentes e comuns em seus cotidianos: uma situação é a chegada de uma travesti branca, bem vestida, alta, loira, exuberante, alegre, comunicativa chegar em um centro de saúde, e outra situação é a chegada de uma travesti negra, pobre, mau vestida, de chinelos de dedo, desdentada e agressiva. A primeira é bem recebida, cortejada e até convidada muitas das vezes para ir até a cozinha tomar um cafezinho, já a segunda, fica a mercê do descaso e da boa vontade de algum funcionário lhe dar atenção.

Para a expressão de um corpo que visibiliza beleza, glamour e sedução há um modo de recepção e de acolhimento mais tolerante e respeitoso, mas para um corpo que não reproduz o padrão estético normatizado lhe restam a coragem e a determinação no enfrentamento dos processos de estigmatização, ou de suportar as dores e angustias que

lhe cabe, preferindo muitas vezes se contorcer de dor em suas casas do que se submeter aos olhares e comportamentos que as excluem de direitos e acesso a bens e serviços de qualidade.

Em nossas escutas e entrevistas a maioria das travestis relatam uma grande ansiedade frente à transformação de seus corpos e por isso há certa urgência em fazê-lo; há um grande diferença entre as travestis que são militantes, logo possuem acesso as informações, de como acionar os serviços de saúde e dos cuidados de si, e as travestis que não tem acesso a informações e por isso se tornam mais vulneráveis às experiências negativas diante da “bombada” e de suas conseqüências.

A grande maioria das travestis entrevistadas não tem acesso a informações sobre cuidados de si e dos outros, o que evidencia que em sua maioria nada sabem sobre as técnicas de redução de danos e por isso correm riscos intensos de morbidade e de mortalidade decorrentes das práticas de transformação dos corpos pela via da injeção de silicone, e da ingestão de hormônios femininos. Trata-se de um problema grave de saúde pública que necessita urgente de programas e políticas públicas viáveis que garanta às travestis o direito de ser e de viver, de acordo com as demandas de seus desejos e necessidades básicas para que possam se sentir cidadãs de direitos e bem estar bio-psico-social e político.

No tocante a saúde mental encontramos evidencias de sofrimentos psíquicos que podem estar associados inicialmente com as dificuldades em poder se transformar e ser aceitas pelas pessoa em seu entorno, na maioria das vezes seus familiares e seus amigos mais próximos, Pesquisas que mostram essas dificuldades podem ser encontradas em estudos realizados por Benedetti (2004), Pelúcio (2005) e Peres (2004, 2005, 2009).

Os sintomas psicológicos mais freqüentes que temos observado diz respeito a crises de ansiedades, angústias e quadros graves de depressão, que muitas vezes levam as travestis a recorrer ao uso abusivo do álcool e das drogas, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização, violências, exclusão e morte, assim como, de exposição à infecção às hepatites, as DST e HIV.

De modo mais acentuado temos observado a expressão da síndrome do pânico gerada pela turbulência da estigmatização, o que



apostamos estar intimamente ligado à condição de suas existências que lhes roubam o direito de acreditar no mundo, nas pessoas e em si mesmas, considerando que a baixa auto-estima e sentimentos de inferioridades se mostram intensos em seus cotidianos.

Como modo de enfrentamento aos processos de estigmatização, violências e exclusão, que geram tantos conflitos e sofrimentos, as travestis brasileiras vem se organizando desde 1992 através de encontros nacionais denominados ENTLAIDS – Encontro Nacional das Travestis que atuam na prevenção da AIDS, dialogando com as diversas instâncias governamentais e setores outros da sociedade, alargando relações e conquistando direitos.

Os encontros nacionais das travestis no Brasil se encontram em sua XVII (2010) edição e vem cada vez mais avançando na luta pelos direitos sexuais e humanos, reivindicando direitos de participação política e de acesso a bens e serviços de qualidade, dentre eles o acesso aos serviços de Psicologia que lhes forneça atendimento sem preconceitos e sem catalogação de psicoses, perversão ou outra categoria nosográfica que as impeçam de serem respeitadas e tratadas com dignidade por apenas serem/estarem travestis. As travestis são pessoas que independentemente de suas orientações sexuais e expressão de gênero, como qualquer outra pessoa, são passíveis de adoecimentos psíquicos, decorrentes dos níveis de relações que as mesmas vivenciam em seus contextos, de modo que é perfeitamente possível encontrarmos travestis íntegras e sem nenhum comprometimento sério da psicopatologia geral, simplesmente por serem travestis

A partir da mobilização social e política da comunidade de travestis nos deparamos com a visibilidade de expressões de novas expressões sexuais e de gêneros (LOURO, 1999, 2003) que promovem uma verdadeira revolução dos valores, sentidos e discursos, quebrando preconceitos e negociando novas formas de existencialização, compondo assim, ampliação dos universos de referências sociais, sexuais, generificados, políticos e culturais, que aqui queremos denominar como a “explosão queer”.

Trata-se de uma reversão dos significados atribuídos à palavra travesti que até então tinham conotação negativa (pecado, crime, doença), e agora ganham status de orgulho e emancipação bio-psico-social e política através da ocupação de um novo lugar no mundo, o que por sua vez da

passagem para a expressão de novos sujeitos, novos desejos, novos prazeres, novas existências.

Quando falamos de “queer” ou “queering” para problematizar o universo travesti nos aliamos as proposições apresentadas pelos Estudos Queer que toma a expressão das sexualidades e dos gêneros em uma perspectiva pós-identitária.

A palavra inglesa “queer” inicialmente era usada de modo pejorativo e com finalidade depreciativa em referencia a gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos, mas as ações do movimento homossexual americano e de alguns acadêmicos subvertem o seu sentido e transforma essa palavra que tinha um sentido negativo em positivo, como orgulho e emancipação.

Queer – gay/lésbica/travesti/transexual/transgênero - apesar da homofobia, lesbofobia e transfobia e dos crimes de ódio contra glbtbt no Brasil, vide as pesquisas realizadas por Carrara e Adriana (2004), Carrara e Ramos (2003, 2005, 2006), é uma palavra que vem adquirindo uma conotação mais potente e positiva no sentido de aumentar os territórios de existências da comunidade homossexual como um todo, e em especial, as travestis que hoje tem uma maior tranqüilidade em circular pelos espaços públicos e de poder trabalhar em empregos dignos de qualquer cidadão.

Na perspectiva queer, ou, da teoria queer, as análises solicitam novos olhares que possam mudar de foco e dinamitar as referencias binárias e universalistas que se tem sobre as identidades e expressões sexuais e de gêneros, em uma perspectiva mais ampliada da epistemologia que importaria com a cultura, com as estruturas discursivas e com os contextos institucionais, sociais, históricos e políticos. Para Seidman apud Louro (2001, p. 549)

A teoria queer constitui-se menos numa questão de explicar a repressão ou a expressão de uma minoria homossexual do que numa análise da figura hetero/homossexual como um regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais, portanto, a constituição dos self e da sociedade.

Dentro dessa perspectiva é que apontamos para a “explosão queer” em que as travestis anunciam novas corporalidades, novas expressões das sexualidades e dos gêneros, novos processos desejanter e de subjetivação;

é nessa perspectiva ainda, que percebemos a necessidade de ampliação de agendas de pesquisas e de estudos que se voltem para a realidade das travestis de modo a contribuir para a produção de saberes e de poderes que incluam essa população junto à sociedade como um todo, enfrentando as desigualdades e promovendo políticas públicas concretas de atenção, cuidados e emancipação social, econômica, política e cultural.

Judith Butler (2002) afirma que a travestilidade é uma postura problemática, e em um primeiro momento até concordamos com ela, mas se formos analisar um pouco mais, surgem as questões: seriam as travestis um problema para a sociedade e seus membros, ou seria a sociedade arcaica e conservadora que resiste às variações identitárias que se processam com seu tempo? Seriam as travestis propositoras de problemas à sociedade e seus membros por exporem tão explicitamente os desejos? Por romperem com os paradigmas identitários normativos?

Urge a necessidade de novos paradigmas de referências que sejam produzidos mais plasticamente, sem universalismos ou binaridades, e quem sabe, em uma composição de novos modos de subjetivação possam surgir novos sujeitos, mais flexíveis, mais potentes, mais livres, mais cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- AGGLETON, P.; PARKER, R. (2001) *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. ( Coleção ABIA: Cidadania e Direitos 1).
- AVILA, M. B. Direitos reprodutivos, exclusão social e AIDS. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Libreria Paidós, 2002..
- CARRARA, S.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CARRARA, S.; RAMOS, S. Política, direitos, violência e homossexualidade In: PARADA DO ORGULHO GLBT. 19. Rio de Janeiro, 2004. *Anais...* Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, S.; VIANA, A. As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: CARRARA, S.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A. (Org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999..

DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, G. *O que é um dispositivo?* Tradução de Rui Souza Dias e Helio Rebelo. 1989. (Texto xerocopiado).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: \_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. V. 4.

FERNANDEZ, J. *El travestismo: ruptura de las identidades sexuales, reforzamiento de los procesos de generización o identidad paradójica?* 2000. 219f. Tese (Doutorado)- Instituto de Altos estudos Sociales, Buenos Aires, 2000.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. V. 1.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder – saber*. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos 4.)

\_\_\_\_\_. *Seguridad, territorio, población: curso en el Collège de France (1977-1978)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2006.

KAMKHAGI, V. El Esquizoanálisis y sus líneas. In: CUETO, A M. del. (Org.). *Diagramas de psicodrama y grupos*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

KLEIN, C. From on “Battle” to Another: the making of a travesti political movement in a Brazilian City. *Sexualities*, v.1, n. 3, p. 327-42, 1998.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. *Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MATOS, R.; PINHEIRO, R. (Org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ; ABRASCO, 2001.

PAIVA, V. Sem Mágicas soluções: a prevenção ao HIV e à AIDS como um Processo de Emancipação Psicossocial. In: SEMINÁRIO PREVENÇÃO Á AIDS: LIMITES E POSSIBILIDADES NA TERCEIRA DÉCADA. 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p.20-27.

- PARKER, R.; DANIEL, H. (Org.). *AIDS: a terceira epidemia*. São Paulo: Iglu, 1991.
- PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 17-248, 2005.
- PERES, W.S. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: PARKER, R., UZIEL, A P.; RIOS, L.F. *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- PERES, W.S. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade dos estigmas à construção da cidadania*. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)- Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.
- ROLNIK, S.; GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-79.